A GEOGRAFIA DO LATIFÚNDIO NO BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DINÂMICAS DE USO E PROPRIEDADE DA TERRA

THE GEOGRAPHY OF LATIFUNDIES IN THE BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DYNAMICS OF LAND'S USE AND PROPERTY

LA GEOGRAFÍA DEL LATIFUNDO EN EL BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ: DINÁMICAS DE USO Y PROPIEDAD DE LA TIERRA

LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
leandro.cavalcante@hotmail.com

FRANCISCO RICARDO LEITE SILVA
Universidade Estadual do Ceará
rricardo.leite@aluno.uece.br

ERIVALDO PAIVA MARTINS
Universidade Estadual do Ceará
erivaldo.martins@aluno.uece.br

Resumo:
O Baixo Jaguaribe, localizado no leste do Ceará, comporta diferentes configurações agrárias responsáveis por fazer dessa região um celeiro de amplas disputas por terra. A análise da questão agrária jaguaribana aponta para a existência de distintos períodos marcados pelo desenvolvimento de atividades intensivas no uso e na propriedade da terra, responsáveis por configurar a geografia do latifúndio da região, verificando-se a hegemonia de grandes fazendas que cumprem a função de assegurar a permanência do latifúndio e das relações de mando e dominação no espaço agrário regional. Nesse sentido, busca-se desvelar a geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe a partir da compreensão de sua questão agrária mediante análise da propriedade da terra por parte das maiores fazendas presentes na região. A metodologia considerou atividades de levantamento bibliográfico e análise de dados. Com a consecução da pesquisa, comprova-se que o latifúndio ocupa uma posição central na questão agrária do Baixo Jaguaribe, ao revelar relações de poder e usos da terra que coadunam com os interesses dos latifundiários que exercem o controle fundiário regional.

Palavras-chave: Latifúndio, Questão Agrária, Baixo Jaguaribe.

Abstract:
The Baixo Jaguaribe, located in the east of Ceará-Brazil, has different agrarian configurations that make this region a place of land disputes. The analysis of the Jaguariban agrarian question points to the existence of different periods marked by the development of intensive activities in the use and property of land, responsible for configuring the geography of the latifundio. The hegemony of large farms is observed by the permanence of latifundio and relations of command and domination in the regional agrarian space. It seeks to investigate the geography of latifundio in Baixo Jaguaribe from the understanding of its agrarian question through the analysis of land property by the big farms present in the region. The methodology considered bibliographic and quantitative survey activities. The research concluded that the latifundia occupy a central position in the agrarian question of Baixo Jaguaribe.

Keywords: Latifundio, Agrarian Question, Baixo Jaguaribe.

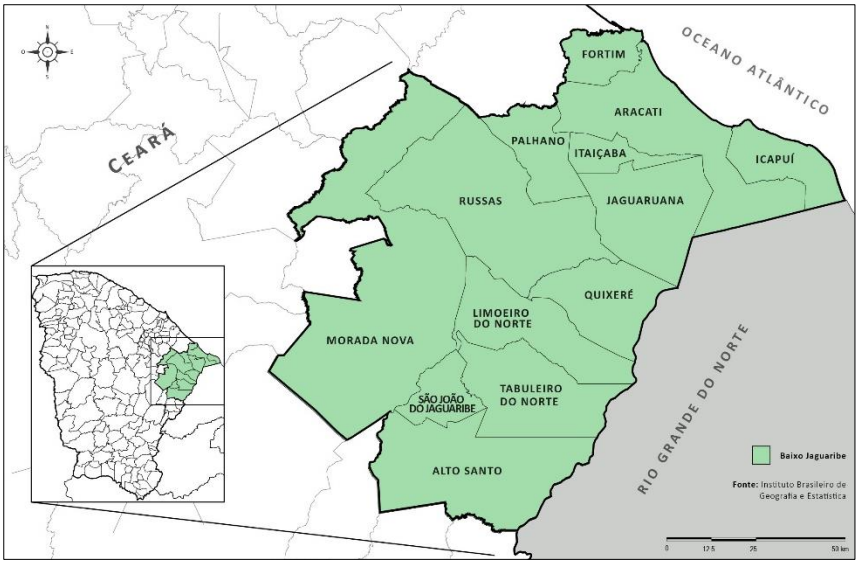
Resumen:
El Baixo Jaguaribe, ubicado en Ceará - Brasil, tiene diferentes configuraciones agrarias responsables de hacer de esta región un lugar de amplias disputas por la tierra. El análisis de la cuestión agraria jaguaribana apunta a la existencia de diferentes períodos marcados por el desarrollo de actividades intensivas en el uso y propiedad de la tierra, responsables de configurar la geografía del latifundio de la región. En este sentido, buscamos develar la geografía del latifundio en el Baixo Jaguaribe desde la comprensión de su cuestión agraria a través del análisis de la propiedad de la tierra por parte de las mayores haciendas presentes en la región. La metodología incluyó actividades de levantamiento bibliográfico y análisis de datos. Con la investigación, se comprueba que el latifundio ocupa una posición central en la cuestión agraria del Baixo Jaguaribe, al revelar las relaciones de poder y los usos de la tierra de acuerdo con los intereses de los terratenientes que ejercen su control.

Palabras-clave: Latifundio, Cuestión Agraria, Baixo Jaguaribe.

Introdução

O Baixo Jaguaribe, localizado no leste do Ceará (figura 1), é uma região múltipla, diversa, plural e heterogênea, que comporta distintas configurações agrárias responsáveis por fazer desse território um celeiro de amplas disputas de modelos de desenvolvimento para o campo.

Figura 1: Mapa de localização da região do Baixo Jaguaribe.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Coexistem na região, não de maneira harmoniosa, comunidades rurais de agricultores camponeses, acampamentos sem-terra, assentamentos rurais, comunidades quilombolas, vilas de pescadores do rio e do mar, empresas nacionais e multinacionais do agronegócio da fruticultura, perímetros irrigados, fazendas de carcinicultura, empresas de mineração, fazendas de pecuária, parques de energia eólica e solar, entre outros, responsáveis por compor o quadro agrário da região e dotá-lo de uma dinâmica própria e difícil de ser apreendida em sua plenitude, conforme assegurado

por Cavalcante (2019, p. 130) e evidenciado por autores como Soares (1999, 2000), Pinheiro (1999), Alencar (2000), Freitas (2010), Rigotto *et al.* (2012) e Alves (2012), entre outros.

Essas distintas territorialidades também apontam para diferentes formas de uso e propriedade da terra, o que diversifica e intensifica a questão agrária jaguaribana. A análise da questão agrária do Baixo Jaguaribe, desde o início de sua formação territorial até a contemporaneidade, aponta para a existência de distintos períodos marcados pelo desenvolvimento de atividades intensivas no uso da terra, consideradas como vetores de reconfiguração da dinâmica agrária da região. Entre essas atividades estão: pecuária extensiva; produção de algodão; extração de carnaúba; agronegócio da fruticultura; carcinicultura; mineração; geração de energia eólica e solar; agricultura irrigada.

Tais atividades expressam diferentes períodos que delimitam a história agrária do Baixo Jaguaribe, possuindo formas específicas de relações sociais de produção e de trabalho, de uso, posse e propriedade da terra, de produção do espaço e de organização do território, responsáveis, todas elas, por configurar a atual geografia do latifúndio da região. De certo, o que há em comum nessas atividades é a presença do latifúndio, visto que a concentração fundiária é uma das marcas principais dos processos de uso e propriedade da terra na região. Por todo o Baixo Jaguaribe nota-se a hegemonia de grandes fazendas que cumprem a função de assegurar a permanência do latifúndio e das relações de mando e dominação no espaço agrário jaguaribano.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, divulgados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR, 2020), apontam que apenas as 20 maiores propriedades localizadas na

região somavam quase 100 mil hectares (95.198,14 ha). Esse é o registro evidente de que o latifúndio continua sendo uma expressão das relações de classe e de poder e que, fundamentalmente, não há como discutir a questão agrária do Baixo Jaguaribe sem atentar para sua particular geografia do latifúndio, seja em qual período for e independente da atividade produtiva predominante.

O referido processo nos remete sobretudo à reconfiguração dos territórios pela instalação e perpetuação do latifúndio, que se configura como elemento central na (re)produção do espaço regional jaguaribano, que muitas vezes não é de conhecimento de todos, demandando a realização de estudos que consigam apreender o papel da permanência do latifúndio na configuração da questão agrária. Nesse sentido, por meio deste trabalho, espera-se esmiuçar a geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe, a partir da compreensão das dinâmicas de uso e propriedade da terra por parte das maiores fazendas localizadas na região, alicerçadas no latifúndio e na concentração fundiária.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho[1] será investigar a dinâmica fundiária relacionada à questão agrária do Baixo Jaguaribe, de modo a evidenciar sua particular geografia do latifúndio, a considerar os seguintes objetivos específicos: i) identificar os maiores latifúndios da região jaguaribana; ii) traçar tipologias de uso e propriedade da terra e de concentração fundiária; iii) caracterizar os principais agentes responsáveis pela dinamização da questão agrária; iv) verificar o papel do latifúndio na configuração agrária regional.

[1] Trata-se da síntese dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2020 e 2021 na Universidade Estadual do Ceará (campus de Limoeiro do Norte), o qual pode ser consultada na íntegra em Cavalcante, Silva e Martins (2021).

Metodologia

A metodologia adotada comportou as seguintes atividades principais, realizadas por vezes concomitantemente: i) levantamento bibliográfico e leitura de textos; ii) levantamento quantitativo; iii) tabulação e sistematização de dados fundiários; iv) redação de sínteses e análise de dados. Cabe ressaltar que se justifica a não realização de uma série de outras atividades inicialmente previstas, a exemplo de trabalhos de campo e observação *in loco* do cenário de latifundiarização, em virtude do contexto de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, que impossibilitou a condução de procedimentos presenciais da pesquisa.

O levantamento bibliográfico consistiu na busca por livros, artigos, teses, dissertações, monografias e periódicos, entre outras publicações acadêmicas, que tratassem de assuntos pertinentes ao desenvolvimento teórico da pesquisa, versando sobre temas como: latifúndio, concentração fundiária, questão agrária, relações de poder no campo, uso e ocupação da terra, questão agrária do Baixo Jaguaribe. Tal levantamento foi realizado em plataformas digitais de pesquisa, a exemplo do Google Acadêmico e do Portal de Teses da CAPES. Posteriormente, os textos foram selecionados e lidos de acordo com os objetivos da investigação.

Já o levantamento quantitativo centrou-se na busca por dados oficiais disponibilizados por órgãos públicos que versam sobre a questão agrária do Baixo Jaguaribe. Elencou-se como referência principal o conjunto de dados sistematizados e divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), especificamente através do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que se converteu na principal fonte de dados para a pesquisa, uma vez que apresenta dados fundiários acerca dos

estabelecimentos rurais de todos os 13 municípios do Baixo Jaguaribe. O levantamento de dados fundiários junto ao SNCR possibilitou identificar os latifúndios da região, os nomes dos proprietários, as localizações das fazendas e a quantidade de hectares. Adverte-se que se trata de dados autodeclarados pelos próprios donos dos imóveis, podendo haver falhas, omissão e/ou subnotificação das informações repassadas ao INCRA, que não possui um mecanismo de verificação e autenticação das informações.

Após o levantamento junto ao SNCR, realizou-se a tabulação e a sistematização dos dados, organizados em planilhas do Excel, distribuídos em dois eixos principais: a) dados referentes aos latifúndios do Baixo Jaguaribe, expressando a propriedade da terra, por região e por municípios; b) dados referentes às tipologias dos latifúndios, expressando o uso da terra, por região e por municípios. Posteriormente, todos os dados foram analisados à luz da teoria e das obras lidas durante o processo da pesquisa.

Finalizadas as etapas precedentes, foram produzidos tabelas e quadros sobre os latifúndios do Baixo Jaguaribe, permitindo contemplar os objetivos propostos com a pesquisa. Para a análise dos dados, foi importante consultar portais *on-line* de notícias e de divulgação de informações empresariais a fim de complementar a caracterização das empresas e dos latifundiários, registrando-se busca em portais como Econodata, Diretório do Brasil, Empresas do Brasil, Jus Brasil, Consulta CNPJ e Consulta Sócio.

Notas sobre a natureza do latifúndio no Brasil

A presença do latifúndio está no cerne da questão agrária brasileira, remontando aos tempos coloniais, quando a posse de grandes parcelas de terra passou a ser a regra no processo de

recolonização do país, com reflexos que se estendem para a contemporaneidade, já que essa ainda continua sendo a fórmula encontrada para a continuidade do problemático quadro agrário no Brasil, com poucas alterações ao longo dos séculos, segundo discorrido por Oliveira (2020). O latifúndio anuncia nítidas relações de poder que evidenciam a permanência do atraso, descrito por Martins (1994), no âmago da formação territorial e da expansão e reprodução do capitalismo no campo no Brasil, onde proprietários de terra e de capital se uniram para expressar sua força política com vias a perpetuar a hegemonia burguesa nos rumos do futuro da nação, conforme asseguram Andrade (1980) e Martins (1995).

Entende-se o latifúndio como uma grande extensão de terras controlada por pessoas ou grupos os quais, por berço ou por concessão, detêm a sua propriedade. No latifúndio são perceptíveis os processos de exploração e monopólio da terra, regida sob pouco ou nenhum empenho de preservação ambiental, como evidenciado na destruição de territórios e florestas, levando à extinção de espécies e culturas e provocando declínio da biodiversidade, através de ações como queimadas e desmatamentos (MEDEIROS, 2012). Tais ações são pautadas na busca do desenvolvimento econômico e do lucro imediato, que procuram anular outras formas de sociabilidade no campo, a exemplo do campesinato. Com isso, os acirrados conflitos agrários se fortalecem, já que a terra vista como um bem comum é transformada em mercadoria pelo capital.

Nesse sentido, Cunha (2016, p. 203) diz que desde a Colônia até a República "a concentração da propriedade da terra é a marca fundamental da estrutura agrária e da acumulação capitalista no Brasil, bem como da formação das classes dominantes locais", isso porque a "terra continua sendo sinônimo de poder e riqueza

concentrados nas mãos de poucos", segundo pondera Alentejano (2012, p. 745). Intimamente associado à concentração fundiária está o latifúndio, que permanece, ainda hoje, como símbolo de "relações de exploração e opressão" (MEDEIROS, 2012, p. 450) e enquanto "expressão de relações de mando e de dominação" (BRUNO, 2009, p. 218). Desse modo, para Andrade (1980, p. 15), quando se estuda a questão agrária, o problema central a ser considerado é justamente a forma como se acessa e se distribui a propriedade da terra.

O processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil está fortemente fundamentado em raízes de caráter capitalista. A estrutura social brasileira marcada por desigualdades econômicas, sociais e fundiárias, inserida em um sistema capitalista de produção, revela a subalternidade de grande parcela de trabalhadores, onde a terra é simplesmente utilizada como fonte de mando e dominação de massas, inclusive sendo usada como "produto" propulsor da dinâmica econômica e rentista. Segundo Oliveira e Faria (2009), o domínio privado das terras brasileiras atua como processo concentrador de riquezas e produtor de desigualdades. Assegura-se, portanto, que o latifúndio está na gênese dos problemas sociais historicamente recorrentes no Brasil.

Na análise da formação da propriedade privada no Brasil, é pertinente evidenciar o latifúndio como um elemento central na construção e reprodução do território, na qual está profundamente associado à propriedade da terra, conforme discutido por Oliveira (2020). De acordo com Leite (2018, p. 11), "desde a colonização portuguesa, o acesso à terra foi controlado de maneira a restringi-lo às classes dominantes". Assim, a terra, como mercadoria, tornou-se produto do capital e geradora do desequilíbrio social denotando um modelo antidemocrático, patriarcal, racista, concentrador e

excludente na formação do território brasileiro, que consolidou as elites políticas e as oligarquias agrárias. Projetou-se um modelo de propriedade da terra que assegurou o poder político dos grandes proprietários sobre as classes marginalizadas e subalternas, na medida que assegurou os interesses dos latifundiários.

Corroborando com esse debate, Alentejano (2011, p. 71) assegura que "a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera" está entre as principais dinâmicas que conformam o cerne da questão agrária brasileira neste início de século, as quais exigem grande esforço de investigação e compreensão. Infere-se que a permanência do latifúndio, e logo da concentração fundiária, implica no direcionamento atribuído aos usos e ao controle da terra, entendida enquanto um bem natural transformado em recurso produtivo pela sociedade e em mercadoria pelo capital, que passa a ser apropriada sem muitas ressalvas.

Investigar a questão agrária brasileira é, antes de mais nada, desmascarar o grande latifúndio, que de forma sagaz, violenta e opressora orquestra grandes impactos no país, sejam eles de ordem social, econômica, política, territorial e/ou ambiental. Em vista disso, é oportuno considerar as diversas faces da questão agrária, pois conforme Cavalcante (2019, p. 28), o retrato da "questão agrária [...] indica a urgência de um país que se dá o direito de permitir que haja concentração de terras ao mesmo tempo em que sua população passa fome". Em concordância com Stedile (2012), a questão agrária brasileira pode ser compreendida por meio dos estudos sobre as formas de uso, posse e propriedade da terra, permeadas pela presença do latifúndio.

A concentração fundiária brasileira é condicionante para o agravamento de desemprego, fome, desigualdade e violência no

campo, segundo denunciado por Paulino (2011), Alentejano (2011), Medeiros (2012) e Delgado (2018). Acerca disso, Sauer (2016) nos alerta que a questão da terra na atualidade é um dos debates fundamentais, tendo em vista que é um grande elemento na produção econômica e reprodução da vida. Uma variável importante na estrutura agrária brasileira e reveladora dos transtornos sociais é a distribuição e organização da estrutura fundiária. Trata-se de uma distribuição desigual e excludente, que privilegia os grandes latifundiários e empresários de diversos ramos. Em concordância com isso, somam o legislativo, o judiciário e o executivo, que juntos formam um arranjo perfeito para a reprodução capitalista.

Quando Talaska (2016) pergunta se "ainda existem latifúndios no Brasil", fica nítida a preocupação da autora em problematizar a permanência da estrutura latifundiária no campo brasileiro, em contraponto a discursos políticos, midiáticos e acadêmicos que defendem que não há mais latifúndio no país. Apesar desse discurso, nota-se que a latifundiarização, entendida enquanto o processo de (re)produção de latifúndios, continua e é reforçada na contemporaneidade, particularmente mediante inserção de novas atividades cujo alicerce principal está na manutenção do latifúndio, como observado no Baixo Jaguaribe, a ser discutido na sequência.

A presença e o tamanho do latifúndio no Baixo Jaguaribe

A história agrária brasileira evidencia uma enorme carga de injustiças e acentuadas desigualdades, historicamente direcionadas às classes marginalizadas, já privadas de vários direitos constitucionais. Para isto, entender a questão agrária de qualquer espaço é de certo compreender as dinâmicas referentes ao uso, a posse e a propriedade da terra. A região do Baixo Jaguaribe, lócus do

estudo, é reflexo da questão agrária desigual do país. O território jaguaribano é definido essencialmente pela figura do grande latifundiário, da atuação de empresas nacionais e transnacionais, do papel do Estado e das lutas e resistências camponesas, conforme discutido por Marinho (2010), Rigotto (2011), Freitas (2010), Silva (2014), Araújo (2016) e Cavalcante (2019).

Assegura-se que a concentração de terra e o processo de latifundiarização atestam a permanência da temática da questão agrária na ordem do dia no Baixo Jaguaribe, sobretudo diante dos conflitos fundiários advindos do quadro de negação sistemática do direito à terra na região e face à recorrentes invasões de terra dos camponeses por parte dos grandes proprietários. Nesse sentido, com a finalidade de entender a questão agrária dessa região, é preciso nos reportar à história gradual da terra e do latifúndio. A estrutura agrária regional se processa de maneira concentrada nas mãos daqueles que exercem certa influência social, econômica e política nesse território, acirrando as desigualdades e os conflitos no campo.

O Baixo Jaguaribe é um território marcado pela perpetuação dos latifúndios de diferentes setores, que progressivamente reconfiguram a dinâmica agrária da região. As formas de uso e propriedade da terra, especificamente, se estabelecem de maneira diversificada, mas que reforçam a presença da concentração fundiária. A análise dos dados autodeclarados ao SNCR/INCRA (2020) acerca da mensuração de todos os latifúndios do Baixo Jaguaribe, à escala da região, nos apresenta um importante panorama da concentração fundiária e do uso e propriedade da terra. Essa interpretação possibilita um olhar mais ampliado para a dinâmica fundiária da área aqui analisada.

Foram considerados os dados de todos os 13 municípios da região, cuja análise inicial centrou-se na identificação dos maiores latifúndios contínuos, ou seja, naquelas grandes fazendas contínuas não parceladas existentes em cada um dos municípios. Posteriormente, foram considerados também as informações referentes aos "latifúndios totais", levando em consideração a soma das fazendas descontínuas (que pertencem aos mesmos proprietários, mas apresentam-se de modo parcelado, em um ou mais municípios) e as fazendas contínuas, considerando a área total acima de 1.000 hectares, de modo a revelar a configuração fundiária da região. Apesar dos municípios contarem com diferentes módulos rurais, elencou-se o tamanho de 1.000 hectares como representativo da presença do latifúndio no espaço agrário regional.

Mediante análise dos dados, constatou-se uma grande quantidade de estabelecimentos presentes na região, num total de 33.255 imóveis, de tamanhos os mais diversos. Apesar disso, chama atenção a presença de apenas 64 estabelecimentos que passam dos 1.000 hectares contínuos, num total de 154.480,47 hectares, quando somados (quadro 1). Isso quer dizer que apenas 64 fazendas ocupam mais de 150 mil hectares, o que por si só já assegura o elevado grau de concentração fundiária, que pressupõe também concentração de água, de poder e de capital. São 64 latifúndios contínuos, cujas propriedades excedem os 1.000 hectares, algumas das quais que pertencem aos mesmos donos ou a membros de uma mesma família.

Dentre esses latifúndios contínuos, três propriedades passam dos 10 mil hectares, somando quase 40 mil hectares, a saber: Esperança Agropecuária (em Russas) e Copan Agroindustrial (em Aracati e Icapuí), que são as maiores fazendas de todo o Baixo Jaguaribe, centradas em atividades agropecuárias e de posse de

influentes grupos empresariais do Ceará, a primeira do Grupo Edson Queiroz e a segunda do Grupo J. Macêdo. São, de longe, os maiores latifúndios da região. A lista segue com demais propriedades de posse de latifundiários com relativo poderio econômico e político em seus municípios e com empresas de distintos setores que atuam na região.

Quadro 1: Relação dos latifúndios contínuos acima de 1.000 hectares no Baixo Jaguaribe.

Área total (ha)	Titular	Município
15.628,84	Esperança Agropecuária e Indústria Ltda	Russas
12.487,85	Copan Agroindustrial Ltda	Aracati
11.619,95	Copan Agroindustrial Ltda	Icapuí
7.012,20	Clidenor Regis de Melo	Alto Santo
5.120,90	José Machado Nogueira	Alto Santo
4.611,97	Meri Pobo Agropecuária Ltda	Jaguaruana
4.135,50	Morada Nova Agropecuária S/A - Monasa	Morada Nova
3.909,32	Anna Purna Agricultura Ltda	Aracati
3.622,60	Aloísio Diógenes Pessoa	Alto Santo
2.991,93	Túlio Rosemberg Lima Ferreira	Jaguaruana
2.730,20	Agropecuária e Industrial Machado S/A - Agrima	Morada Nova
2.636,60	José Machado Nogueira	Alto Santo
2.630,66	Bessa Produção e Distribuição de Frutas Ltda	Quixeré
2.541,00	João Agostinho da Cunha	Quixeré
2.531,47	Itatiba Mineração Ltda	Quixeré
2.400,00	Francisco Júlio Marinho	Tabuleiro do Norte
2.267,99	Agropaulo Agroindustrial S/A	Jaguaruana
2.220,35	Tales Ribeiro de Oliveira	Quixeré
2.070,68	Agrícola Famosa Ltda	Quixeré
2.028,12	Eugênio Pacelli Torres	Alto Santo
2.028,12	Fernando Torres	Alto Santo
2.028,12	Paula Frassinetti Torres	Alto Santo
1.997,80	Aloísio Diógenes	Alto Santo
1.961,10	Metaneide Ltda	Limoeiro do Norte
1.818,35	Francisco Ozail Mateus	Itaiçaba
1.775,00	Jaime Nogueira Diógenes	Alto Santo
1.751,50	Jaime Tomaz de Aquino	Palhano
1.550,20	Dantas Empreendimentos Agropecuários Ltda	Quixeré
1.543,20	Nodge Nogueira Diógenes	Alto Santo
1.536,70	Sebastião Cavalcante Maia	Morada Nova
1.534,71	Metaneide Ltda	Limoeiro do Norte
1.509,90	Maria Diógenes Saldanha Muniz	São João do Jaguaribe
1.465,47	Joaquim Nogueira Bessa	Alto Santo
1.418,20	Lira Maia Holanda	Alto Santo
1.402,10	Manoel Gonçalves da Silva	Alto Santo
1.393,00	Compescal Comércio de Pescado Aracatiense Ltda	Aracati
1.364,00	Carbomil Agropecuária S/A	Tabuleiro do Norte
1.329,90	Humberto Fontenele	Morada nova

1.297,70	José Wagner Juca Pereira	Quixeré
1.254,10	João Batista Evangelista	Russas
1.247,85	Granja Josidith Ltda	Morada Nova
1.247,54	Fazenda Rinascente Ltda	Fortim
1.242,10	Maria Delourdes da Silva	Palhano
1.241,72	Solon José da Silva	Russas
1.240,70	Arisa Agroindustrial e Reflorestadora S/A	Icapuí
1.240,40	José Ferreira da Silva	Morada Nova
1.236,30	Alfredo Costa Lima Valente	Aracati
1.229,89	Agrícola Famosa Ltda	Aracati
1.168,00	Fernando Antônio Ferreira Theorga	Russas
1.160,02	Joaquim Rodrigues de Lima	Quixeré
1.136,60	Antônio José de Santiago Pontes	Russas
1.124,10	Imobiliária Independência Ltda	Morada Nova
1.121,90	Júlio Martins da Costa	Morada Nova
1.113,81	Joaquim Rodrigues de Lima	Quixeré
1.095,52	Agropaulo Agroindustrial S/A	Jaguaruana
1.088,50	Hermenegildo Oliveira de Carvalho	Jaguaruana
1.084,00	Associação Comunitária de Lagoa Salgada	Fortim
1.082,40	Granja Paiquere Ltda	Morada Nova
1.070,61	Agropaulo Agroindustrial S/A	Jaguaruana
1.054,20	Agrocamp Agro Industrial Campestre	Limoeiro do Norte
1.047,51	Antônio Everardo da Silva Pitombeira	Russas
1.019,60	Germano Pessoa Jucá Pereira	Quixeré
1.016,70	Walter Diógenes	Alto Santo
1.013,20	Agropecuária Abel Martins Ltda	Morada Nova

Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

Outro elemento de relativo destaque no quadro fundiário do Baixo Jaguaribe é a notável concentração fragmentada de terras, que ocorre quando um só proprietário possui inúmeras fazendas, que podem estar no mesmo município ou em municípios distintos, conforme relatado por Cavalcante e Fernandes (2008). Ambos os casos evidenciam a estratégia de "expandir para concentrar", sendo patente a existência de proprietários fundiários que atuam em diferentes fazendas e municípios com o objetivo principal de assegurar o controle de uma quantidade maior de terras, como é o caso particularmente de algumas grandes empresas do agronegócio e da mineração, a exemplo de Agrícola Famosa, Meri Pobo, Carbomil, Metaneide, Agropaulo, Itatiba, Bessa e Itaueira, com 93 fazendas localizadas em 9 municípios e somando 40 mil hectares.

Os dados do SNCR/INCRA (2020) revelam que há 51 proprietários latifundiários que possuem mais de uma fazenda no Baixo Jaguaribe, sendo 306 imóveis ao todo, os quais chegam a mais de 140 mil hectares. Dentre esses casos, chama atenção a empresa Agrícola Famosa, que possui 23 fazendas dispersas por 6 municípios distintos, que somam juntas 8.211,22 hectares. Também merece destaque o caso da Copan Agroindustrial, cujas duas fazendas chegam a 24.107,80 hectares, de longe o maior estabelecimento fundiário da região.

Esse processo assevera a proeminência dos chamados "latifúndios descontínuos" e seu peso na estrutura fundiária regional, além de indicar uma interrelação entre os municípios no que tange aos principais vetores de pressão fundiária, que embora possuam particularidades próprias, se inserem num mesmo contexto regional de dinâmicas de uso e propriedade da terra.

Já quando analisados os dados dos latifúndios totais, considerando os contínuos e os descontínuos, verifica-se a existência de relativamente poucos proprietários que concentram uma grande quantidade de terras no Baixo Jaguaribe, mas que evidenciam a exacerbada concentração fundiária na região.

Dentre os maiores, ou seja, que passam dos 1.000 hectares, são 87 proprietários que controlam 220.806,84 hectares na região, distribuídos em 342 propriedades (quadro 2), sendo que apenas 10 delas passam dos 4 mil hectares, mas que por sua vez concentram juntas um total de 88.281,85 hectares. Isso quer dizer que aproximadamente 220 mil hectares são controlados por somente 87 latifundiários; desse total, mais de 100 mil hectares pertencem a apenas 12 proprietários. Nesse quadro geral de latifundiários há todo

perfil de empreendimentos, mas com destaque para aqueles centrados na agropecuária.

Verifica-se que, quando somadas, as áreas de três proprietários se destacam diante do quadro fundiário da região, particularmente em virtude de sua vasta extensão. São propriedades controladas por três empresas do agronegócio: Copan Agroindustrial, com 24.107,80 hectares, seguida por Esperança Agropecuária, com 15.628,84 hectares, e Agrícola Famosa, com 8.211,22 hectares. Copan, Esperança e Agrícola são os três maiores proprietários fundiários de todo o Baixo Jaguaribe, seguidos por seis latifundiários (José Machado, Clidenor, Aloísio, Maria Delourdes, Tales e Túlio) e por nove empresas do agronegócio (fruticultura e pecuária) e da mineração, a saber: Meri Pobo, Metaneide, Agropaulo, Itatiba, Monasa, Anna Purna, Bessa, Carbomil e Itaueira.

Quadro 2: Relação dos maiores latifúndios totais do Baixo Jaguaribe, acima de 3 mil hectares.

Área total (ha)	Titular	Imóveis	Municípios	Atividades principais
24.107,80	Copan Agroindustrial Ltda	2	Aracati e Icapuí	Agropecuária
15.628,84	Esperança Agropecuária e Indústria Ltda	1	Russas	Agropecuária
8.211,22	Agrícola Famosa Ltda	23	Quixeré, Aracati, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Russas	Fruticultura
7.757,50	José Machado Nogueira	2	Alto Santo	Agropecuária
7.012,20	Clidenor Regis de Melo	1	Alto Santo	Agropecuária
5.972,95	Meri Pobo Agropecuária Ltda	14	Jaguaruana, Russas e Limoeiro do Norte	Fruticultura
5.773,15	Metaneide Ltda	13	Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte	Agropecuária e Energia
5.538,04	Agropaulo Agroindustrial S/A	6	Jaguaruana	Agropecuária
4.144,65	Itatiba Mineração Ltda	3	Quixeré	Mineração
4.135,50	Morada Nova Agropecuária S/A - Monasa	1	Morada Nova	Pecuária
3.909,32	Anna Purna Agricultura Ltda	1	Aracati	Fruticultura
3.787,28	Bessa Produção e Distribuição de Frutas Ltda	10	Quixeré e Tabuleiro do Norte	Fruticultura
3.741,90	Carbomil Agropecuária S/A	13	Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte	Mineração
3.622,60	Aloísio Diógenes Pessoa	1	Alto Santo	Agropecuária

3.397,59	Maria Delourdes da Silva	3	Palhano e Russas	Agropecuária
3.109,53	Tales Ribeiro de Oliveira	5	Quixeré, Russas e Limoeiro do Norte	Agropecuária
3.059,32	Itaueira Agropecuária S/A	11	Aracati, Palhano e Morada Nova	Fruticultura
3.032,71	Túlio Rosemberg Lima Ferreira	2	Jaguaruana	Agropecuária

Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

De modo geral, os dados evidenciam o ainda patente quadro de concentração fundiária no Baixo Jaguaribe, face a desiguais mecanismos de acesso e permanência na terra, observados através de um quantitativo muito grande de pessoas sem-terra ou com pouca terra. Percebe-se também que a concentração fundiária no Baixo Jaguaribe, apesar da presença de outros vetores, gira em torno da territorialização do agronegócio, em atividades como fruticultura e pecuária, responsáveis por difundir uma conjuntura agrária particularmente difícil para aqueles que retiram da terra o sustento de suas famílias, diante da grave e feroz corrida por terras por parte das empresas do agronegócio.

Essa é uma das faces da dinâmica agrária do Baixo Jaguaribe, onde o latifúndio continua a se reproduzir de modo a direcionar sobremaneira os rumos do uso, da posse e da propriedade da terra, ao passo que acirra os conflitos fundiários e as desigualdades sociais.

Tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe

A análise dos proprietários fundiários do Baixo Jaguaribe contempla grande diversidade de agentes, de diferentes tamanhos e formas de uso e propriedade da terra. Para ilustrar esse cenário, recorremos a uma tipologia de estabelecimentos contemplando empresas com CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) ativo e instituições que possuem propriedades rurais, a exemplo de institutos de reforma agrária e associações de produtores, entre

outras. Para fins metodológicos, privilegiou-se apenas aqueles estabelecimentos registrados como pessoa jurídica junto ao SNCR/INCRA, a fim de facilitar a identificação de seu ramo de atuação e traçar meios para a compreensão do quadro fundiário da região, excluindo-se os proprietários individuais (pessoas físicas).

Com a análise de todos os imóveis autodeclarados ao INCRA nos 13 municípios da região, chegou-se a um total de oito tipologias de uso e propriedade da terra, considerando apenas aqueles indicados como pessoa jurídica. As tipologias contemplam os seguintes segmentos: agropecuária (agricultura e pecuária); fruticultura (produção de frutas); aquicultura (carcinicultura e piscicultura); extração (mineração e extração de sal e petróleo); terras públicas (assentamentos de reforma agrária); imóveis (imobiliárias e construtoras); coletivo (associações, sindicatos e cooperativas); outros (empresas e organizações diversas). A adoção desse procedimento de coleta e análise dos dados possibilitou inferir conclusões importantes a partir do cadastro do SNCR.

Os resultados apontam um total de 256.387,50 hectares inseridos nas oito tipologias principais de uso e propriedade da terra (quadro 3), totalizando 430 imóveis. Tais dados demonstram grande diversidade de agentes que se fazem presentes no espaço agrário do Baixo Jaguaribe, bem como evidenciam outros vetores de dinamização da questão agrária regional para além apenas do setor relacionado à agropecuária. Registrou-se a presença de pessoas jurídicas pertencentes a setores como mineração, energia eólica, energia solar, hotéis, loteamentos urbanos, imobiliárias, construção civil, cooperativas, associações, assentamentos, extração de sal e petróleo, bancos, cerâmicas, postos de gasolina, entre outras, que igualmente se configuram enquanto vetores de pressão fundiária.

Quadro 3: Tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe, por área total.

Nome da Tipologia	Área total (ha)	Quantidade de Imóveis
Pública	105.198,88	47
Agropecuária	70.916,64	62
Fruticultura	33.354,35	86
Outros	11.758,85	87
Coletivo	10.102,64	45
Extração	10.055,08	22
Imóvel	8.652,07	35
Aquicultura	6.348,99	46
TOTAL	256.387,50	430

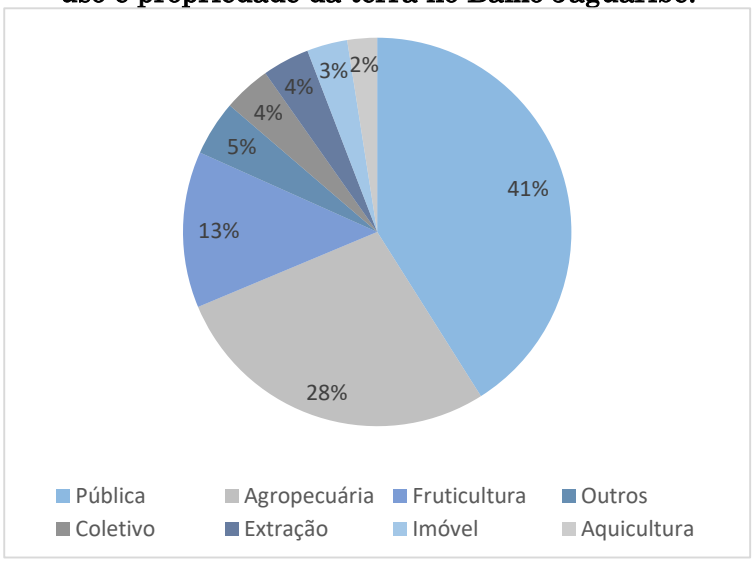
Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

Registrou-se um total de 105.198,88 hectares concentrados em estabelecimentos de reforma agrária, visto que há 47 assentamentos na região, um estadual e os demais todos federais, representando um grande aporte de terras controladas por camponeses assentados. Com isso, a tipologia "pública" assume a ponta na quantidade de hectares no Baixo Jaguaribe, inclusive com uma quantidade superior à "agropecuária". Já a tipologia "coletivo" registrou um total de 10.102,64 hectares, distribuídos entre 45 associações comunitárias com hectares autodeclarados ao INCRA, algumas das quais que são assentamentos de reforma agrária vinculados ao crédito fundiário.

Apesar disso, chama a atenção o quantitativo de hectares registrados na tipologia "agropecuária", com 70.916.64 hectares, representando a força que o latifúndio possui enquanto vetor de pressão fundiária na região (gráfico 1). Especificamente no setor da "fruticultura" há um total de 33.354,35 hectares declarados. Os municípios de Aracati, Russas, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Quixeré são os que apresentam maior ênfase na fruticultura, com a hegemonia de empresas como Agrícola Famosa, Bessa Produção, Itaueira, Meri Pobo e Del Monte. Por sua vez, na "aquicultura" há

outros 6.348,99 hectares, contemplando empreendimentos de carcinicultura e de piscicultura.

Gráfico 1: Distribuição percentual, em hectares, das tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe.



Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

Quando somadas essas três tipologias (agropecuária, fruticultura e aquicultura), tem-se um total de 110.619,88 hectares voltados apenas para as atividades agrícolas, as quais podemos considerar como integrantes do setor do agronegócio, visto que são empresas registradas com CNPJ, muitas das quais que passam dos 1.000 hectares. Nesse sentido, é válido afirmar que o agronegócio concentra, no mínimo, 110.619,88 hectares no Baixo Jaguaribe, segundo os dados autodeclarados pelas empresas ao INCRA.

Isso demonstra que as atividades econômicas na região têm na centralidade da terra seu maior ativo econômico, tendo assegurada sua posse ou não. Na sequência (quadro 4), é possível averiguar os hectares totais pertencentes às 20 maiores empresas do agronegócio instaladas na região, as quais controlam juntas 96.928,77 hectares

dispersos em 125 propriedades e em 12 distintos municípios. Por certo, elas estão entre as empresas hegemônicas do agronegócio no Ceará, mencionadas por Cavalcante (2019, 2020).

Quadro 4: Maiores empresas do agronegócio instaladas no Baixo Jaguaribe, por área total.

Área total (ha)	Empresa	Imóveis	Municípios	Atividades principais
24.107,80	Copan Agroindustrial Ltda	2	Aracati e Icapuí	Agropecuária
15.628,84	Esperança Agropecuária e Indústria Ltda	1	Russas	Agropecuária
8.211,22	Agrícola Famosa Ltda	23	Quixeré, Aracati, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Russas	Fruticultura
5.972,95	Meri Pobo Agropecuária Ltda	14	Jaguaruana, Russas e Limoeiro do Norte	Fruticultura
5.773,15	Metaneide Ltda	13	Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte	Agropecuária e Energia
5.538,04	Agropaulo Agroindustrial S/A	6	Jaguaruana	Agropecuária
4.135,50	Morada Nova Agropecuária S/A - Monasa	1	Morada Nova	Pecuária
3.909,32	Anna Purna Agricultura Ltda	1	Aracati	Fruticultura
3.787,28	Bessa Produção e Distribuição de Frutas Ltda	10	Quixeré e Tabuleiro do Norte	Fruticultura
3.059,32	Itaueira Agropecuária S/A	11	Aracati, Palhano e Morada Nova	Fruticultura
2.730,20	Agropecuária e Industrial Machado S/A	1	Morada Nova	Agropecuária
2.018,06	Agrobasa S/A	9	Jaguaruana e Itaiçaba	Agropecuária
1.751,01	Betânia Lácteos S/A	9	Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte e Morada Nova	Pecuária
1.745,20	Dantas Empreendimentos Agropecuários Ltda	2	Quixeré	Agropecuária
1.738,62	Frutacor	12	Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas	Fruticultura
1.476,70	Agropecuária Abel Martins Ltda	3	Morada Nova	Agropecuária
1.448,93	Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda	3	Quixeré e Limoeiro do Norte	Fruticultura
1.401,24	Compescal Comércio de Pescado Aracatiense Ltda	2	Aracati	Carcinicultura
1.247,85	Granja Josidith Ltda	1	Morada Nova	Pecuária
1.247,54	Fazenda Rinascente Ltda	1	Fortim	Agropecuária

Fonte: SNCR/INCRA (2020). Elaborado pelos autores (2021).

Além desses, há outros empreendimentos que atuam na região que são igualmente consumidores de terra e vetores de pressão e

concentração fundiária. É o caso, por exemplo, dos estabelecimentos incluídos na categoria "extração", que abarcam empresas da mineração, da extração de sal e de petróleo e de pedreiras, as quais controlam 10.055,08 hectares. Há também toda uma série de empresas que atuam nos mais diversos setores, incluídas na categoria "outros", como imobiliárias, construtoras, loteamentos, parques de energia eólica e solar, postos de gasolina, comércios, cerâmicas, bancos, hotéis, indústrias, dentre várias outras, que juntas concentram 11.758,85 hectares.

Diante da análise desses dados e da conformação das diferentes tipologias, nota-se a existência de distintos vetores de dinamização da questão agrária regional, que apontam também para distintas estratégias de uso, posse e propriedade da terra. Além disso, agrupando as tipologias, têm-se 110.619,88 hectares controlados por empresas do agronegócio e 30.466,00 empresas de outros setores, representando um total de 141.085,88 hectares de posse do grande capital, ao passo da existência de 115.301,52 hectares distribuídos em assentamentos e associações. Isso significa que 55% das terras autodeclaradas ao INCRA por pessoas jurídicas pertencem a proprietários particulares, ao passo da evidência de 45% das terras de posse coletiva ou comunitária.

Esses dados evidenciam a dualidade que há na questão agrária do Baixo Jaguaribe, opondo camponeses, de um lado, e capital, de outro, nesse constante movimento que configura a reprodução das relações sociais e a luta de classes no campo. Observa-se uma nítida diferenciação entre as terras de trabalho e as terras de negócio, mencionadas por Martins (1995), ou ainda, entre os territórios do capital e os territórios do campesinato, analisados por Fernandes (2009). Uns são os espaços do capital, marcados pela apropriação

capitalista da terra. Já os outros são os espaços da coletividade e da recriação camponesa, que resistem apesar do latifúndio.

Considerações finais

Com a realização do estudo ora apresentado, conclui-se que o latifúndio ocupa uma posição central na questão agrária do Baixo Jaguaribe, apontando relações de poder e usos da terra que coadunam com os interesses dos latifundiários que exercem o controle fundiário da região, independente do caráter dos empreendimentos, já que todos eles estão abalizados na concentração de terra. Entende-se o território jaguaribano como plural, marcado por modelos diferentes de produção, como também de relações e sentidos atribuídos à terra.

De fato, as múltiplas atividades que se instalaram nesse território são responsáveis por um desequilíbrio e fragmentação da estrutura fundiária. O latifúndio apresenta-se como um produto indesejado que encontramos no Baixo Jaguaribe, geralmente associado a grandes empresas e a figuras políticas transmutadas no papel de latifundiários. Diante disso, entender a questão agrária do Baixo Jaguaribe é concordar com Fernandes (2009, p. 197) quando menciona que "convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente".

Para tanto, é imprescindível que esse debate perpasse os campos burocráticos e acadêmicos, havendo maior acesso às informações para que os camponeses possam enfrentar o latifúndio e pautar uma urgente reforma agrária popular e solidária. Na atual conjuntura agrária brasileira, é de suma importância informar sobre determinadas problemáticas existentes, tornando-se necessário que

discussões como essa ultrapassem a esfera da universidade e alcance todas as parcelas da sociedade, promovendo uma melhor compreensão das tensões recorrentes no campo.

Desse modo, o estudo possibilita conhecer, estimular e intensificar o conhecimento em relação às diversas atividades atuantes na promoção da concentração fundiária regional, relacionadas às problemáticas, potencialidades e fragilidades que tornam o Baixo Jaguaribe um espaço de amplas disputas e resistências no campo, a despeito da presença do latifúndio.

É preciso, ainda, considerar a propriedade da terra como uma relação social, como assegura Martins (1995, p. 169), portanto, enquanto uma construção histórica permeada de relações assimétricas de poder que expressam nítidos interesses antagônicos de classe, mas que podem ser alteradas, não sendo algo imutável, revelando possibilidades de reverter a concentração fundiária e o poderio do latifúndio não só no Baixo Jaguaribe, como em todo o país.

> "Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem cercas e bois e fazerem da terra escrava e escravos os homens!" (Pedro Casaldáliga)

Referências

ALENCAR, Francisco Amaro de. O agrário na região do Jaguaribe. **Revista Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 07, p. 11-17, 2000.

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

ALENTEJANO, Paulo. Terra. In: CALDART, Roseli *et al.* (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 742-745.

ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e Estado**: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos, sertão do Ceará. 2012. 341f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ARAÚJO, Sergiano de Lima. **O gosto amargo das frutas nas terras do senhor**: a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na região do Baixo Jaguaribe (CE). 2016. 248f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BRUNO, Regina (Org.). **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **"As firmas tomaram conta de tudo"**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe/CE. 2019. 396f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 22-46, 2020.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; SILVA, Francisco Ricardo Leite; MARTINS, Erivaldo Paiva. **A geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe/CE**: questão agrária, relações de poder e usos da terra. Relatório de Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica. Fortaleza: PROPGPQ/UECE, 2021.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 13, p. 16-25, 2008.

CUNHA, Joaci de Sousa. Latifúndio, reforma agrária e políticas públicas para o campo brasileiro na crise sistêmica (1994-2015). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 237, p. 196-224, 2016.

DELGADO, Guilherme. Questão agrária hoje. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos petistas – questão agrária e reforma agrária. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 17-28.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

LEITE, Acácio Zuniga. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 43, p. 10-28, 2018.

MARINHO, Alice Maria Correia. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe/CE** - o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. 2010. 245f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli *et al.* (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 447-453.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, **Anais...,** Montevidéu, 2009.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 111-128, 2011.

PINHEIRO, Francisco José. O Vale do Jaguaribe: de um espaço livre dos povos indígenas para uma região da pecuária. **Revista Propostas Alternativas**, n. 06, p. 12-21, 1999.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIGOTTO, Raquel *et al*. **Almanaque do Baixo Jaguaribe**: tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para sustentabilidade. Núcleo Tramas: Fortaleza, 2012.

SAUER, Sérgio. Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 19, n. 2, p. 69-97, 2016.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes**: as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 2014. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SNCR/INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma. 2020. Disponível em: http://www.cadastrorural.gov.br/estatisticas/sncr-sistemanacional-de-cadastro-rural. Acesso em: 20 mai. 2021.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. **Agricultura e reorganização do espaço**: a rizicultura irrigada em Limoeiro do Norte-Ceará. 1999. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Elementos para uma geografia histórica do Baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional. **Revista Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 07, p. 05-10, 2000.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

TALASKA, Alcione. **Ainda existem latifúndios no Brasil?** Uma análise do espaço agrário brasileiro. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

Submetido em: 09 de abril de 2022.
Devolvido para revisão em: 25 de junho de 2022.
Aprovado em: 26 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

CAVALCANTE, L. V.; LEITE SILVA, F. R.; PAIVA MARTINS, E. A geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe/Ceará: dinâmicas de uso e propriedade da terra. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 759–787, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2262.